



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
SEGOV/CONFOCO-MG - Conselho Estadual de Fomento e Colaboração –
instituído pela Lei Federal nº 13.019, de 2014, e pelo Decreto nº 47.132, de
2017

Ata

Ata da 9ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Fomento e Colaboração de 2026 -
CONFOCO-MG

DATA: 29 de setembro de 2026 (terça-feira)

HORA: 09h às 10h37

LOCAL: Videoconferência

ABERTURA

1. Quórum de Participantes:

I. A confirmação de presença da reunião ocorreu por meio de lista de presença. Estiveram presentes, em ordem alfabética:

Aline Seoane Resende Paulino (Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais - CeMAIS), titular;
Anamaria Burle Orlandine Andrade (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese), titular;
Beatriz Siqueira Marques (Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais - CGE/MG), titular;
Claudio Ranilson da Silva (Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais - CRCMG), convidado;
Delânzia Aparecida Junho (Ministério Público de Minas Gerais - MPMG/CAOTS), convidada;
Elizabeth Gomes Ribeiro (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese), suplente;
Érika Xavier Antônio (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa), suplente;
Gabriela Benevenuto Apolinário, convidada;
Isabela Medeiros de Oliveira (Secretaria de Estado de Governo - Segov), suplente;
João Augusto Troleis Castilho (Secretaria de Estado de Governo - Segov), Secretário Executivo;
Kênia Miranda dos Santos (Associação de Resgate da Dignidade Humana Providência Divina), titular;
Larissa das Graças de Assis (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais - Unicafe), titular;
Liziane Emília Coura Andrade Lessa (Secretaria de Estado de Governo - Segov), presidente e titular;
Luísa Andrade da Cruz (Secretaria de Estado de Governo - Segov), convidada;
Márcia Santana de Sousa (Plataforma MROSC - MG), titular;
Maria Alice Magalhães da Silva Batista (Associação de Resgate da Dignidade Humana Providência Divina), suplente;
Maria Tereza Feldner de Barros Araújo Cunha (Federação das Associações de Pais e Amigos dos

Excepcionais do Estado de Minas Gerais - Feapaes), titular;

Maurício da Cunha Paiva (Plataforma MROSC - MG), suplente;

Patrícia Carvalho da Silva (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad), titular;

Rafael Amaral Brant Machado (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad), suplente;

Rodrigo dos Santos França (Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte - Assprom), suplente;

Thiago Alvarenga Araújo (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejusp), titular.

Vinicius Eustáquio Evangelista (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa), titular.

II. Em adição, a declaração de ausência justificada, por meio de formulário, foi preenchida por:

Lara Soares Casasanta Latorre (Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Secult), suplente;

Márcio Caldeira (Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte - Assprom), titular;

Observação: Ressalta-se que todas as pautas apresentadas seguiram um rito padrão: apresentação do tema, seguida de abertura para dúvidas e manifestações dos presentes.

Pautas da Reunião:

Calendário das reuniões ordinárias do Confoco-MG para 2027;

Resultado da consulta e encaminhamentos sobre a vice-presidência do Confoco-MG;

Recondução dos representantes da sociedade civil;

Designação do mobilizador da sociedade civil, conforme o art. 56 do Regimento Interno;

Estudo para revisão do Decreto nº 47.132/2017: andamento dos trabalhos das comissões técnicas e próximos encaminhamentos;

Orçamento e planejamento das ações para 2027;

Levantamento de ausências;

Encaminhamentos e deliberações.

Desenvolvimento:

Calendário de reuniões ordinárias de 2027: A presidência apresentou a proposta de calendário das reuniões ordinárias para o primeiro semestre de 2027, mantendo sua realização na quarta terça-feira de cada

mês, às 9h, com as datas já ajustadas em relação aos feriados: 26 de janeiro, 23 de fevereiro, 23 de março, 27 de abril, 25 de maio e 22 de junho. Não houve manifestações contrárias, e o calendário foi considerado alinhado pelo plenário.

Vice-presidência: A presidência informou a renúncia do conselheiro Nilton César da Silva, representante da Associação Cultural Casa do Beco, ao exercício da vice-presidência do Conselho, ressaltando que a organização permanece como conselheira. Diante da vacância, e conforme o art. 54 do Regimento Interno, que prevê nova escolha entre os representantes da sociedade civil, a mesa diretora encaminhou formulário ao grupo das organizações para manifestação de interesse. Das oito organizações da sociedade civil que integram o Confoco-MG, apenas a Plataforma MROSC - MG manifestou interesse, razão pela qual não foi necessária votação. A organização justificou seu interesse no propósito de “colaborar para a efetivação do Confoco MG, garantindo a participação social e comunitária para efetivação do MROSC em parceria com a gestão pública do Estado de Minas Gerais e representando a rede das OSCs mineiras”. Foi deliberado que a vice-presidência do Confoco-MG passa a ser exercida pela Plataforma MROSC - MG, tendo como titular a conselheira Márcia Santana de Sousa e como suplente o conselheiro Maurício da Cunha Paiva. A conselheira Márcia (Plataforma MROSC) relatou que a manifestação foi precedida de consulta interna ao comitê gestor da Plataforma, que registrou uma abstenção entre sete membros, e aos grupos das organizações signatárias, que se manifestaram favoravelmente, e destacou a importância da parceria com o Governo do Estado em um contexto de fragilidade e criminalização das OSCs. O conselheiro Maurício (Plataforma MROSC) reforçou o compromisso de aproximar o Conselho das organizações do terceiro setor, com maior transparência. A presidência deu as boas-vindas à nova vice-presidência e ressaltou seu papel na articulação com a sociedade civil.

Recondução dos representantes da sociedade civil: A presidência explicou que a recondução não ocorre de forma automática: a organização deve manifestar interesse, o pedido é analisado pela Comissão Eleitoral, homologado pelo plenário e, em seguida, publicado. Caso alguma organização não deseje ser reconduzida ou não se alcance o número de conselheiros previsto, será realizado novo processo seletivo para preenchimento das vagas remanescentes. As etapas apresentadas foram: instituição da Comissão Eleitoral; definição das regras e do cronograma; abertura de prazo para envio das cartas de intenção; análise e deliberação pela comissão, assegurados o contraditório e a ampla defesa previstos no Regimento Interno; apreciação do resultado pelo plenário; e publicação. Foi ressaltado que o mandato atual se encerra em dezembro de 2026 e que a alteração do Decreto nº 47.132/2017, que amplia o mandato para três anos, encontra-se na etapa final de tramitação, sendo desejável sua publicação antes da conclusão do processo, para que a recondução ocorra já pelo novo prazo. A Comissão Eleitoral será instituída em reunião extraordinária dos representantes da sociedade civil, convocada pela mesa diretora com antecedência de cinco dias, para indicação e eleição de seus membros, nos termos dos arts. 21 a 23 do Regimento Interno. Considerando a agenda dos membros da mesa diretora, ficou acordado que a Secretaria Executiva consultará, pelo grupo da mesa diretora, a disponibilidade de datas na semana seguinte.

Designação do mobilizador da sociedade civil: A presidência recordou que o Regimento Interno prevê a figura do mobilizador da sociedade civil, conselheiro representante de organização designado pela vice-presidência para apoiar a articulação entre os representantes da sociedade civil, a comunicação, a construção de pautas e a organização de reuniões do segmento, quando necessário. Como a Plataforma MROSC - MG exercia essa função e passou a ocupar a vice-presidência, caberá à nova vice-presidência designar o novo mobilizador e comunicar a escolha à Secretaria Executiva. A conselheira Márcia (Plataforma MROSC) questionou se o novo mobilizador deveria também assumir a coordenação da Comissão Técnica de Articulação, Mobilização e Participação Social (CTAMPS), atualmente exercida por ela. A conselheira Aline (CeMAIS) esclareceu que o Regimento Interno não vincula as duas funções, que são distintas, e a presidência concordou, ficando a definição da coordenação da comissão a critério de seus membros, podendo a conselheira Márcia (Plataforma MROSC) permanecer na função, se assim desejar. Na sequência, a Secretaria Executiva informou que os novos conselheiros representantes da administração pública foram direcionados à CTAMPS, com o objetivo de equilibrar a composição das comissões, e que se aguarda o retorno da conselheira Isabella Marilac de Lima Passos (Secult) quanto à sua integração. A conselheira Érika (Seapa) confirmou sua participação e a do conselheiro Vinícius Eustáquio Evangelista (Seapa) na comissão e solicitou a inclusão de ambos no grupo de WhatsApp da CTAMPS, o que foi providenciado durante a reunião.

Estudo para revisão do Decreto nº 47.132/2017: A presidência solicitou às comissões técnicas um panorama do andamento dos trabalhos, com vistas à consolidação do diagnóstico, cuja apresentação à Segov está prevista para outubro, bem como apresentou o seguinte cronograma: continuidade do estudo e da análise em setembro e outubro; consolidação, até a segunda quinzena de outubro, do relatório com as contribuições das comissões, para apresentação à Segov; debate em plenário em novembro, com definição de encaminhamentos; e, em dezembro, definição das propostas de aperfeiçoamento do decreto, para apresentação formal à Segov. Foi esclarecido que o estudo poderá resultar em proposta de alteração normativa, inclusive com sugestão de redação, sujeita à análise técnica legislativa, em elaboração de manual, em ações de capacitação ou na combinação dessas medidas, e reforçou a necessidade de engajamento de todas as comissões para que um estudo mais consolidado seja apresentado na próxima reunião ordinária. Foi informado, por fim, que a alteração do decreto relativa ao prazo do mandato segue em tramitação na Subsecretaria de Processo Legislativo, aguardando manifestação para posterior publicação.

Orçamento e planejamento das ações para 2027: O conselheiro Maurício (Plataforma MROSC), autor da sugestão de pauta, propôs tratar de forma integrada o plano de trabalho do Conselho para 2027, a definição do cronograma, da metodologia e dos produtos finais do diagnóstico e da revisão do decreto e a estratégia de comunicação e transparência das ações do Confoco-MG, evitando que calendário, orçamento e ações sejam discutidos separadamente. Os debates abordaram os seguintes pontos:

Comunicação e redes sociais: O conselheiro Maurício (Plataforma MROSC) propôs a criação de perfil

do Confoco-MG em redes sociais, como o *Instagram*, para ampliar o alcance junto às organizações da sociedade civil, especialmente as de menor porte e do interior do Estado, lembrando que desafios de comunicação já haviam sido registrados pelo Conselho em fevereiro de 2025. A presidência e a Secretaria Executiva informaram que, quando da instituição do Conselho, a Assessoria de Comunicação da Segov orientou que a divulgação das ações ocorresse pelos canais oficiais da Secretaria, aos quais é encaminhada pauta de divulgação após cada reunião ordinária, procedimento suspenso durante o período eleitoral. Foi apresentada a página do Confoco-MG no portal da Segov, que reúne base legal, resoluções, notas jurídicas, processo seletivo, quadro de conselheiros, atas, guia e cartilha. A conselheira Beatriz (CGE) ponderou que o Conselho possui independência e que a questão deveria ser objeto de consulta jurídica, e não apenas à área de comunicação, comprometendo-se a levantar, ainda nesta semana, como outros conselhos mantêm perfis próprios. A presidência comprometeu-se a formular a consulta jurídica. A conselheira Aline (CeMAIS) ressaltou que um perfil próprio exigirá organização coletiva de todos os conselheiros, com agenda regular de publicações, não cabendo apenas à mesa diretora, e a presidência reforçou a importância da participação efetiva de todos os conselheiros nas atividades do Conselho.

Transparência dos conselhos: A conselheira Beatriz (CGE) apresentou o Portal dos Conselhos da CGE, que reúne informações como funcionamento, contatos, composição, calendário de reuniões e atas dos conselhos estaduais, e informou que a Lei nº 25.960, publicada em junho de 2026, tornou obrigatória a publicação dessas informações, incluindo deliberações e processos eleitorais, antes divulgadas como boa prática.

Implementação do MROSC nos municípios: A conselheira Aline (CeMAIS) relatou casos de implementação restritiva do MROSC em municípios, inclusive próximos à Região Metropolitana de Belo Horizonte, como a edição de decreto que fixa teto de remuneração para equipes técnicas sem observar o piso salarial das categorias, e defendeu o uso da comunicação, por meio de conteúdos informativos curtos, e do seminário do Conselho para instrumentalizar organizações e técnicos municipais. Relatou também que a obrigatoriedade de execução das emendas parlamentares tem levado municípios a priorizá-las em detrimento de outras parcerias, sobrecarregando suas estruturas e comprometendo a execução de recursos de fundos especiais, como os da pessoa idosa e da criança e do adolescente, tema que sugeriu aprofundar em discussões futuras. A conselheira Márcia (Plataforma MROSC) acrescentou a necessidade de trabalhar o letramento digital e o enfrentamento da criminalização burocrática das OSCs, mencionou demandas recebidas sobre como o Conselho acompanha chamamentos públicos e editais e divulgou a carta de compromisso, de caráter apartidário, elaborada pela Plataforma MROSC - MG a partir de consulta às organizações da sociedade civil.

Planejamento de 2027, reunião presencial e seminário: A conselheira Márcia (Plataforma MROSC) propôs a construção de um planejamento colaborativo e sustentável, com reunião presencial ainda em 2026, dedicando o período da manhã às reuniões das comissões e o da tarde à elaboração do planejamento. A presidência informou a intenção de realizar reunião presencial em dezembro e que o seminário previsto para 2026 deverá ocorrer em 2027, em razão do período eleitoral, para que seja

organizado de forma adequada. A conselheira Aline (CeMAIS) defendeu que a data do seminário e as reuniões presenciais de 2027 sejam definidas no planejamento e aprovadas como deliberação do Conselho, a ser encaminhada à Segov para execução. A presidência propôs apresentar uma proposta de planejamento na reunião ordinária de outubro, para discussão e deliberação até dezembro. A conselheira Maria Tereza (Feapaes) ponderou que o planejamento exige discussão aprofundada e o compromisso de todos com um momento dedicado, presencial ou virtual, sob pena de resultar em documento sem aplicabilidade, posição reforçada pela conselheira Márcia (Plataforma MROSC), que destacou a necessidade de comprometimento nos grupos das comissões e das OSCs.

Memória institucional: O conselheiro Maurício (Plataforma MROSC) sugeriu estruturar a memória institucional do Conselho para além da organização documental no Drive, com o histórico das principais deliberações, encaminhamentos, produtos das comissões e mudanças de composição, de modo a permitir que as próximas gestões compreendam o processo que levou às decisões.

Levantamento de ausências e informes: A Secretaria Executiva informou que foi realizado o levantamento de presenças e ausências dos conselheiros da 1ª à 8ª Reunião Ordinária de 2026, conforme previsto no Regimento Interno, com base nas atas oficiais, no formulário de presença enviado no chat das reuniões e nos e-mails recebidos, e que a planilha está disponível no Drive do Confoco-MG. Informou também que o link da pasta compartilhada do Drive, acessível por conta Gmail, foi enviado ao grupo geral do Conselho e fixado na descrição do grupo, reunindo regimento, atos normativos e demais documentos de interesse. Por fim, a conselheira Aline (CeMAIS) convidou os presentes para o seminário sobre democracia, participação e controle social realizado na mesma data na Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Encaminhamentos:

Adotar o calendário das reuniões ordinárias do primeiro semestre de 2027, às 9h, nas seguintes datas: 26 de janeiro, 23 de fevereiro, 23 de março, 27 de abril, 25 de maio e 22 de junho.

Formalizar, por meio de alteração da resolução de composição do Conselho, a vice-presidência exercida pela Plataforma MROSC - MG, tendo como titular Márcia Santana de Sousa e como suplente Maurício da Cunha Paiva, após a publicação desta ata.

A vice-presidência designará o novo mobilizador da sociedade civil e comunicará a escolha à Secretaria Executiva.

Definir, no âmbito da CTAMPS, a coordenação da comissão, considerando sua nova composição.

A Secretaria Executiva consultará a mesa diretora sobre a disponibilidade de datas na semana seguinte para a reunião extraordinária dos representantes da sociedade civil destinada à instituição da Comissão Eleitoral, dando início ao processo de recondução.

As comissões técnicas darão continuidade ao estudo do Decreto nº 47.132/2017, com envio das contribuições consolidadas até a segunda quinzena de outubro, para apresentação na próxima reunião

ordinária e posterior encaminhamento à Segov.

A presidência formulará consulta jurídica sobre a possibilidade de o Confoco-MG manter perfil próprio em redes sociais, e a conselheira Beatriz Siqueira Marques (CGE) fará levantamento da experiência de outros conselhos.

Apresentar, na reunião ordinária de outubro, proposta de planejamento das ações para 2027, contemplando plano de trabalho, reuniões presenciais, seminário e orçamento, para discussão e deliberação até dezembro, podendo os conselheiros enviar sugestões pelo grupo do Conselho.

Avaliar a realização de reunião presencial em dezembro de 2026, com reuniões das comissões no período da manhã e trabalho de planejamento no período da tarde.

Acompanhar a tramitação da alteração do Decreto nº 47.132/2017 relativa ao prazo do mandato.

Manter atualizado o controle de presença, devendo os conselheiros que ainda não preencheram o formulário desta reunião fazê-lo.

João Augusto Troleis Castilho

Secretário Executivo

Liziane Emília Coura Andrade Lessa

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **João Augusto Troleis Castilho, Secretário Executivo**, em 02/10/2026, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Liziane Emilia Coura Andrade Lessa, Presidente (a)**, em 02/10/2026, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **150654481** e o código CRC **B5505BAE**.

Referência: Processo nº 1490.01.0000409/2025-14

SEI nº 150654481